



1. Contexto Operacional:

USINA AÇUCAREIRA PASSOS S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil constituída em 08 de agosto de 1966, com sede na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais e tem por objeto social o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar.

1.1. Recuperação Judicial

Em 12 de outubro de 2019, a Companhia em conjunto com seu acionista controlador, ajuizou, perante a comarca da Cidade de Caconde, Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 e do artigo 122, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações, em caráter de urgência, conforme aprovado pela Diretoria da Companhia, em reunião realizada no dia 24/09/2019. Em 11 de novembro de 2019, o pedido de recuperação judicial foi deferido pela comarca da Cidade de Caconde, conferindo à Companhia as proteções do instituto jurídico denominado “Stay Period”, que consiste na suspensão de ações e execuções existentes em face da empresa recuperanda.

Em 16 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia apresentou, nos autos do processo, após adequações, a versão do plano de recuperação judicial que foi aprovada em Assembleia Geral de Credores e homologado pelo juízo recuperacional em 25 de janeiro de 2021, com publicação em 26 de janeiro de 2021, data esta que representa o marco inicial para a contagem dos prazos de cumprimento do Plano de recuperação judicial aprovado pelos credores.

No referido plano de recuperação judicial, apresentado pela Companhia, aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juízo recuperacional, é apresentada as seguintes classes de credores: Classe I – Trabalhista, Classe II – Garantia real, Classe III – Quirografários, Classe IV – Credores Quirografários (ME e EPP).

O Plano de recuperação judicial aprovado consistiu basicamente no perfilamento da dívida passiva renovando prazos e condições de pagamentos conforme definido no Plano de Recuperação Judicial para cada classe de credores.

Atualmente, a Companhia vem honrando seus compromissos assumidos no âmbito do processo de recuperação judicial, norteados pelo respectivo plano de recuperação judicial.

Operação paralisada

Atualmente a Companhia encontra-se com suas operações paralisadas.

As dívidas com os credores estão sendo liquidadas pelo acionista controlador, no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Itaíquara, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

Uma vez que os ativos da companhia foram usados para liquidação de credores, a operação foi inteiramente descontinuada.

Os passivos, detalhados na nota explicativa nº 11, da Companhia estão sendo liquidados pelo acionista controlador, Itaiquara Alimentos S/A

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração no dia 06 de junho de 2025.

2. Apresentações das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

2.1 Base de apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09.

b) Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, a determinação da vida útil de bens e equipamentos, provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para realização dos estoques, tributos e outros encargos similares. Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por essas estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em prazo não superior a um ano.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data da avaliação, para os itens que são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados na rubrica "Variações cambiais, líquidas".

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Ativos Financeiros

3.1.1 Classificação

A Sociedade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

ii. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber", "Impostos a

recuperar", "Adiantamentos", "Depósitos judiciais", "Outros ativos" e "Caixa e equivalentes de caixa".

3.1.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem.

3.1.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.4 Impairment de ativos financeiros

A Sociedade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

3.2 Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação.

3.3 Redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.4 Obrigações circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e variações monetárias ou cambiais até a data das demonstrações contábeis.

3.5 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Quando há uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

3.7 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido, ambos reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Nas empresas tributadas pelo lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente se for provável de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser usados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

3.8 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre saldos bancários e recebidos nos pagamentos em atraso de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com descontos concedidos a clientes, juros sobre empréstimos e despesas bancárias.

4. Estimativas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Contingências

A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária e trabalhista, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia podem afetar adversamente a Companhia independentemente do respectivo resultado final.

A Companhia poderá periodicamente ser fiscalizada por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas e previdenciárias, entre outras. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.2 Gestão de riscos

A abordagem da gestão de risco da Companhia classifica os riscos inerentes ao negócio nas seguintes categorias:

(i) Risco Financeiro

São os riscos decorrentes de inadequada gestão de caixa, das aplicações de recursos em operações novas, desconhecidas, complexas e/ou de alto risco. O detalhamento das políticas de gestão de risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

(ii) Risco de compliance

Essa abordagem refere-se às sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a empresa pode sofrer como resultado de qualquer descumprimento legal. Para evita-lo, a Companhia monitora permanentemente o estrito respeito às leis, normas e

regulamentos, bem como a observância de políticas e procedimentos, a implementação e a funcionalidade dos planos de contingência e a segregação de funções - evitando o conflito de interesses e facilitando a avaliação dos riscos e dos controles internos da Companhia. Essa abordagem inclui a avaliação dos riscos socioambientais, trabalhistas e fiscais.

4.3 Riscos Financeiros

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo taxa de juros dos financiamentos, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço de determinados ativos avaliados ao valor justo), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não tem como prática fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

ii. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

4.4 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade operacional, fortalecendo seu *rating* de crédito perante as instituições financeiras, a fim de suportar os negócios e reduzir esse custo.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamentos (incluindo empréstimos e parcelamentos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

5. Estoques

O saldo desta conta encontra-se assim constituído:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Matéria prima (i)	<u>2.407</u>	<u>2.407</u>
	<u>2.407</u>	<u>2.407</u>

- (i) Refere-se a melaço disponível para uso pela Controladora, Itaiquara Alimentos S.A.

6. Impostos a recuperar

O saldo desta conta encontra-se assim constituído:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ICMS a recuperar	3	3
IPI a recuperar	326	-
REFIS (Em consolidação)	1.297	1.296
PIS a recuperar	1.469	262
COFINS a recuperar		1.206
	<u>3.095</u>	<u>2.767</u>

7. Impostos e contribuições a recolher

O saldo desta conta encontra-se assim constituído:

a) Impostos correntes

Circulante	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ICMS a recolher	163	8.969
Contribuição previdenciária a recolher	-	62.975
IRPJ a recolher	-	1.403
PIS a recolher	-	3.058
COFINS a recolher	-	14.082
IPI a recolher	-	2.819
FTGS a recolher	14.893	14.893
Impostos retidos na fonte a recolher	-	2.869
Outros impostos a recolher	297	268
	<u>15.353</u>	<u>111.336</u>

b) Impostos parcelados

	<u>Circulante</u>	
Impostos parcelados	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Parcelamentos - Estaduais	57.003	1.245
Parcelamentos - Federais	4.617	20.955
	<u>61.620</u>	<u>22.200</u>

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023
Impostos parcelados		
Parcelamentos - Estaduais	36.264	45.806
Parcelamentos - Federais	26.909	1.892
Saldo líquido	63.173	47.698

8. Partes relacionadas

O saldo desta conta encontra-se assim constituído:

Saldos com empresas do grupo

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Itaiquara alimentos S/A	(38.970)	(27.783)
	(38.970)	(27.783)

Os saldos com partes relacionadas referem-se a transações entre as empresas do Grupo, em operações usuais de mercado.

9. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais.

Um sumário das provisões constituídas e depósitos judiciais efetuados estão apresentados como segue:

Natureza	31/12/2024			31/12/2023		
	Depósito judicial	Provisão	Saldo líquido	Depósito judicial	Provisão	Saldo líquido
Trabalhista	-	5.549	5.549	(278)	5.549	5.271

Saldo líquido	-	5.549	5.549	(278)	5.549	5.271
---------------	---	-------	-------	-------	-------	-------

A Companhia está envolvida em outros processos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível.

Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para fazer face ao possível desfecho desfavorável destes.

10. Outras contas a pagar

O saldo desta conta encontra-se assim constituído:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outras contas a pagar	471	468
BNDES	36.133	51
Canex (i)	4.849	8.043
	40.982	8.562
Circulante	3.364	2.197
Não circulante	38.089	6.365

- (i) Dívida extraconcursal, que vem sendo honrada pela controladora do Grupo, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

11. Recuperação Judicial

Como processo do plano de recuperação judicial, a Companhia possui os seguintes valores de suas obrigações, a seguir detalhados:

	31/12/2024	31/12/2023
Credores – RJ		
Quirografários	2.454	2.464
Quirografários EPP/ME	146	161
Parceiros	7	7
Trabalhista (i)	366	366
BNDES	-	38.411
	2.973	41.409
Circulante	82	84

Não circulante 2.891 41.325

Os saldos com credores vêm sendo honrados pela controladora do Grupo, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

- (i) Os passivos trabalhistas foram liquidados pelo Grupo em janeiro de 2022.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31/12/2024 é de R\$ 4.870 sendo representado por 349 (trezentos e quarenta e nove mil) ações ordinárias sem valor nominal.

13. Despesas administrativas e vendas

O saldo desta conta encontra-se assim constituído:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(151)	(108)
	(151)	(108)

14. Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Provisões diversas	-	-
Venda de ativos – RJ (i)	-	174
Deságio RJ (ii)	-	9
	-	183

- (i) Em função do processo de recuperação judicial, e como consequência o plano de recuperação judicial que foi aprovada em Assembleia Geral de Credores e homologado pelo juízo recuperacional em 25 de janeiro de 2021, que determinava, entre outros, a venda de ativos para liquidação de credores, a Companhia, em cumprimento com o estabelecido no plano de recuperação judicial executou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a venda de ativos arrolados no plano de recuperação judicial.
- (ii) Em detrimento, as vendas de ativos realizadas, conforme item anterior, a Companhia realizou a liquidação de credores que incorreram em deságios, em função dos acordos firmados entre a Companhia e a parte credora.

15. Receitas e Despesas Financeiras

<u>Receitas Financeiras</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Deságio em parcelamento de impostos (i)	102.488	-
Juros	-	16
	<u>102.488</u>	<u>16</u>
<u>Despesas Financeiras</u>		
Taxas bancárias	(2)	(1)
Juros Passivos	(6)	-
Juros sobre impostos em atraso (ii)	(106.683)	(5.488)
		<u>(5.489)</u>
Resultado financeiro	<u>(106.691)</u>	<u>(5.473)</u>

- (i) Em 2024 a empresa realizou acordo para parcelamento de seus impostos em atraso junto com a PGFN (Procuradoria geral da Fazenda), nesse acordo a empresa obteve descontos que foram registrados em receita financeira do período.
- (ii) Em 2024 a empresa atualizou os juros e multas dos impostos em atraso que não foram parcelados.
